



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

PROAD 3630/2022

RELATÓRIO DA AÇÃO COORDENADA DE AUDITORIA DO CNJ
SOBRE A PLATAFORMA DIGITAL DO PODER
JUDICIÁRIO BRASILEIRO – PDPJ Br.

SETEMBRO/2022



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

RELATÓRIO DE AUDITORIA N. 05/2022 – SAUD

1. INTRODUÇÃO:

Em cumprimento ao disposto na Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 309/2021, assim como ao previsto no subitem 3 do item II do Anexo Único do Plano Anual de Ações de Controle para o exercício de 2022 (PAAC-2022), aprovado pelo Ato nº 134/GP/TRT19ª, de 9 de dezembro de 2021, republicado pelo Ato nº 23/GP/TRT19ª, de 23 de março de 2022, apresentam-se os prévios resultados deste Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região em face da Ação Coordenada de Auditoria do CNJ sobre a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ Br.

A fase de execução da auditoria teve início com o envio das Requisições de Documentos e Informações (RDI) nº 07/2022 (documento nº 18), nº 08/2022 (documento nº 19) e nº 11/2022 (documento nº 28), as quais possibilitaram a coleta de dados para o diagnóstico inicial das áreas a serem auditadas.

As inconformidades, reunidas no Relatório de Fatos Apurados (documento nº 34), foram enviadas à Diretoria Geral (DG), para ciência, bem como à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC), para conferir-lhe a oportunidade de se posicionar sobre as ocorrências identificadas e apresentar um Plano de Ação, com propostas de ações a serem tomadas a fim de dar cumprimento às recomendações indicadas, conforme os Achados de Auditoria identificados.

Vale ressaltar que, instituída pela Resolução CNJ nº 335/2020, a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br visa incentivar o desenvolvimento colaborativo entre os Tribunais, preservando os sistemas públicos em produção, mas consolidando pragmaticamente a política para a gestão e expansão do Processo Judicial Eletrônico – PJe. “Essa Plataforma é, ao mesmo tempo, um lugar, uma arquitetura, e um conjunto de padrões. Trata-se da nuvem pública nacional do Poder Judiciário brasileiro para a hospedagem dos novos sistemas, módulos e serviços de interesse e uso geral dos atores envolvidos com a Administração da Justiça. A PDPJ também define uma arquitetura, um modo pelo qual os mencionados sistemas, módulos e serviços devem ser desenvolvidos e se comunicarem, bem como estipula padrões a serem seguidos para realizar a arquitetura proposta”. O que é a PDPJ? Disponível em: https://docs.pdpj.jus.br/manuais/manual-desenvolvedor-pdpj/index.html#_pilha_de_tecnologias.

Portanto, a presente ação coordenada possibilitou observar que a PDPJ abarca o Sistema PJe, que é tido como seu motor principal, e todos os demais aplicativos e serviços de processos judiciais oferecidos pelo Poder Judiciário à sociedade, e requer uma política de governança e de gestão unificadas, com observância de padrões que atendam à diversidade de soluções existentes nos segmentos do Judiciário.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

2. OBJETIVO:

A auditoria tem como objetivo avaliar, no âmbito dos Tribunais, a aderência à política pública instituída pela Resolução CNJ nº 335/2020, por meio do exame de conformidade das medidas adotadas para atender às exigências da própria Resolução CNJ nº 335/2020 e das Portarias CNJ nº 252/2020, nº 253/2020 e nº 37/2022, além da Resolução CNJ nº 443/2022 e da Portaria CNJ nº 25/2022.

3. ESCOPO:

Exame de conformidade das medidas adotadas para atender à Resolução CNJ nº 335/2020 e às Portarias CNJ nº 252/2020, nº 253/2020 e nº 37/2022, observados a redução do escopo, conforme consignada no subitem 1.1 do Plano de Trabalho elaborado pelo CNJ, e os pontos abordados na Resolução CNJ nº 443/2022 e na Portaria CNJ nº 25/2022.

De acordo com a Matriz de Planejamento elaborada pela equipe de auditoria, embasada no Plano de Trabalho do CNJ, foram evidenciadas 3 (três) questões de auditoria, a seguir descritas:

Q.1 Os sistemas/aplicações de gestão de processos judiciais eletrônicos estão aptos a serem integrados à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br)?

Q.2 A contratação e o desenvolvimento de sistemas, módulos ou funcionalidades estão aderentes à política de governança da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br)?

Q.3 Os editais de concursos públicos e de contratação de serviços terceirizados na área de TIC preveem conhecimentos específicos mínimos sobre os normativos e a arquitetura de desenvolvimento da PDPJ-Br?

4. TÉCNICAS DE AUDITORIA:

As investigações foram feitas mediante a aplicação das seguintes técnicas de auditoria:

4.1 Análise Documental - Verificação de processos e documentos que conduziram à formação de indícios e evidências pela unidade auditada;

4.2 Exame dos registros - Verificação dos registros constantes de controles regulamentares, relatórios sistematizados, mapas e demonstrativos formalizados, elaborados de forma manual ou por sistemas informatizados e;

4.3 Correlação das Informações Obtidas - Cotejamento entre normativos, documentos, controles internos e auxiliares, declarações e dados.

Vale salientar que a equipe não encontrou qualquer dificuldade na aplicação dos procedimentos de auditoria inicialmente previstos, sendo prontamente atendida pelas unidades auditadas em todas as suas requisições.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

5. PARÂMETROS NORMATIVOS E JURISPRUDENCIAIS:

* Resolução CNJ nº 335/2020 - Institui política pública para a governança e a gestão de processo judicial eletrônico, integra os tribunais do país com a criação da Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDPJ e mantém o sistema PJe como sistema de processo eletrônico prioritário do CNJ;

* Portaria CNJ nº 252/2020 - Dispõe sobre o modelo de Governança e Gestão da PDPJ;

* Portaria CNJ nº 253/2020 - Institui critérios e diretrizes técnicas para o processo de desenvolvimento de módulos e serviços na PDPJ;

* Resolução CNJ nº 185/2013 - Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento;

* Portaria CNJ nº 131/2021- Institui o Grupo Revisor de Código-Fonte das soluções da PDPJ e do PJe;

* Portaria CNJ nº 37/2022 - Fixa prazo até 30/6/2022 para a integração dos sistemas judiciais eletrônicos ligados à PDPJ;

* Resolução CNJ nº 443/2022 - Dispõe sobre aplicação e disseminação dos conhecimentos sobre a PDPJ-Br nos editais de concursos públicos, seleções e capacitações;

* Resolução CNJ nº 446/2022 - Institui a plataforma Codex como ferramenta oficial de extração de dados estruturados e não estruturados dos processos judiciais eletrônicos em tramitação no Poder Judiciário Nacional; e

* Portaria CNJ nº 25/2022 - Dispõe sobre ementa básica para editais de concursos públicos, seleções e capacitações para cargos de TIC no Poder Judiciário.

6. ACHADOS DE AUDITORIA E RECOMENDAÇÕES:

Seguindo as diretrizes prescritas pela Resolução CNJ nº 309/2020, foram encontrados os ACHADOS DE AUDITORIA, que são atos ou fatos em desconformidade com a legislação aplicada ao caso, dignos de serem reportados pelos auditores.

Para cada um desses Achados, são identificados os pontos abaixo:

- **SITUAÇÃO ENCONTRADA** - Situação existente, identificada e documentada durante a fase de execução do trabalho;

- **CRITÉRIO** - Legislação, jurisprudência, princípios, ou, ainda, padrões e boas práticas que a equipe compara com a situação encontrada. Reflete como deveria ser a gestão;

- **EVIDÊNCIA** - Informações obtidas durante a execução dos trabalhos no intuito de documentar os achados e de respaldar as opiniões e conclusões da equipe, podendo ser classificadas em físicas, testemunhais, documentais e analíticas;

- **CAUSA** - O que, possivelmente, motivou a ocorrência do achado;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

- **EFEITOS/RISCOS** - Consequências ou possíveis consequências do achado, que possam dificultar o alcance dos objetivos; e
- **RECOMENDAÇÕES** - Providências indicadas pela Unidade de Auditoria com o intuito de aperfeiçoar os controles internos da unidade auditada, com vistas a corrigir falhas detectadas, cuja gravidade possa repercutir em eventos futuros, e evitar a sua repetição, demandando da Administração pronta ação ou correção.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ACHADO DE AUDITORIA		A.1
DESCRIÇÃO DO ACHADO:	O sistema ou aplicação de gestão de processo judicial eletrônico (PJe) não atende ao requisito de desenvolvimento colaborativo.	
SITUAÇÃO ENCONTRADA:		
<p>Seguindo as orientações do Plano de Trabalho do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), quanto à Ação Coordenada de Auditoria sobre a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br. (item 2.8 – f. 14), a equipe de auditoria objetivou avaliar se, a partir da edição da Resolução CNJ nº 335/2020, houve colaboração dos <i>players</i> por meio dos sistemas de desenvolvimento de <i>softwares</i>: JIRA (gerenciamento de demandas) e GIT (gerenciamento de controle de versões e repositório de código fonte). Ressalta-se que a referida Resolução foi publicada para instituir a política pública para a governança e a gestão de processo judicial eletrônico (PJe); integrar os Tribunais do país com a criação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br.; e manter o sistema PJe como sistema de Processo Eletrônico prioritário do Conselho Nacional de Justiça.</p> <p>Para tanto, foi solicitado à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC) evidências de que, todos os projetos relacionados a processos judiciais eletrônicos, foram criados em cada um dos ambientes abaixo, demonstrando o nome do projeto, a identificação do projeto e o(s) usuário(s) que contribui(em) para o projeto: JIRA https://cnj.jus.br/jira/; e GIT https://git.cnj.jus.br.</p> <p>Para demonstrar tais evidências, seria necessário a apresentação das seguintes requisições:</p> <p>a) captura de tela do(s) projeto(s) listado(s) quanto ao desenvolvimento de novos módulos ou serviços, públicos ou privados, para o(s) sistema(s) processual(ais) do Tribunal, (demonstrado através da declaração do gestor da área responsável do Tribunal atestando a existência, ou inexistência, de desenvolvimento de módulos ou serviços novos de sistemas legados e sistemas novos de processo judicial eletrônico do órgão, apresentando a respectiva lista, identificando o nome do(s) projeto(s) e discriminando os já concluídos, pelo link https://drive.google.com/file/d/1cIJwO02v5KD0Yho2vGT5y0742eCTY9ih/view?usp=sharing), e criado(s) no JIRA, contendo a identificação do projeto, o usuário contribuidor, data e hora; e</p> <p>b) captura de tela do(s) projeto(s) listado(s) quanto ao desenvolvimento de novos módulos ou serviços, públicos ou privados, para o(s) sistema(s) processual(ais) do Tribunal, (demonstrado através da declaração do gestor da área responsável do Tribunal atestando a existência, ou inexistência, de desenvolvimento de módulos ou serviços novos de sistemas legados e sistemas novos de processo judicial eletrônico do órgão, apresentando a respectiva lista, identificando o nome do(s) projeto(s) e discriminando os já concluídos, pelo link https://drive.google.com/file/d/1cIJwO02v5KD0Yho2vGT5y0742eCTY9ih/view?usp=sharing) e</p>		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

constantes no **GIT**, que evidencie a identificação do projeto no repositório.

A área auditada informou, através da resposta à RDI SAUD nº 11/2022 (documento 32), que o TRT19ª atende aos requisitos de desenvolvimento, porém o gerenciamento dos projetos, assim como o controle do código destes módulos, estão hospedados no **JIRA** e no **GIT** do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), uma vez que todos os sistemas judiciais da Justiça do Trabalho são desenvolvidos para todos os Regionais, de forma colaborativa, com a coordenação do CSJT. Tal informação pode ser verificada através dos *links* a seguir:

Lista dos projetos no JIRA do CSJT
<https://drive.google.com/file/d/1mH6I1ifuTeq1x3gGWP0CETZiZU-UcEUm/view?usp=sharing>

Commits no GIT do CSJT:
https://drive.google.com/drive/folders/12t71AiFWd1pU4NFQ_rhnHVGofgKvLqEQ?usp=sharing

Porém, mediante reunião realizada com o CSJT em 5/9/2022, conforme e-mail recebido pela Secretaria de Auditoria em 1º/9/2022, ficou acordado que todos os órgãos auditados iriam responder **negativamente** ao item **2.8** do Plano de Trabalho (f. 14) e, naquele momento, houve a orientação para que todos os Regionais provocassem o CSJT, no sentido de haver um alinhamento da política de governança do desenvolvimento do PJe da Justiça Trabalhista com a política do CNJ, quanto à PDPJ-Br.

Diante disso, apesar do TRT19ª afirmar que atende aos requisitos de desenvolvimento, mantivemos o Achado apontado.

CRITÉRIO:	- Art. 5º da Resolução CNJ nº 335/2020; e - Portaria CNJ nº 253/2020.
EVIDÊNCIA:	Resposta da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações à RDI SAUD nº 11/2022 (documento 32).
CAUSA:	A questão elaborada no Plano de Trabalho da Ação Coordenada do CNJ ficou prejudicada por haver um certo desalinhamento, quanto a política de governança do desenvolvimento do PJe da Justiça Trabalhista, entre o CSJT e o CNJ, no que se refere à PDPJ-Br.
EFEITOS/RISCOS:	Possível comprometimento da gestão, quanto a política de governança do desenvolvimento do PJe da Justiça Trabalhista, devido ao não alinhamento entre os Conselhos, referente ao requisito de desenvolvimento colaborativo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ENCAMINHAMENTO/ RECOMENDAÇÕES:	Recomenda-se que este TRT19ª encaminhe ao CSJT a necessidade de que haja um melhor alinhamento com o Comitê Nacional do PJe-JT, quanto a adequação das diretrizes e dos critérios relacionados ao desenvolvimento dos sistemas e módulos do PJe-JT, ao disposto na Resolução CNJ nº 335/2020 e na Portaria CNJ nº 253/2020.
-----------------------------------	---



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ACHADO DE AUDITORIA		A.2
DESCRIÇÃO DO ACHADO:	O sistema, aplicação ou módulo(s) desenvolvido (já concluído) de gestão de processo judicial eletrônico (PJe) não atende ao requisito de disponibilidade para uso comunitário.	
SITUAÇÃO ENCONTRADA:		
<p>Conforme as orientações do Plano de Trabalho do CNJ, quanto à Ação Coordenada de Auditoria sobre a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br. (item 2.9 – f. 14), a equipe de auditoria solicitou ao responsável pela área auditada evidências da solução tecnológica disponibilizada no <i>Marketplace</i> da PDPJ-Br.</p> <p>Para isso, foi solicitado à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC), como evidências, a requisição de imagem do(s) projeto(s) e captura de tela dos projetos/serviços (demonstrado através da declaração do gestor da área responsável do Tribunal atestando a existência, ou inexistência, de desenvolvimento de módulos ou serviços novos de sistemas legados e sistemas novos de processo judicial eletrônico do órgão, apresentando a respectiva lista, identificando o nome do(s) projeto(s) e discriminando os já concluídos, pelo link https://drive.google.com/file/d/1clJwO02v5KD0Yho2vGT5y0742eCTY9ih/view?usp=sharing), e já concluídos na página da PDPJ-Br., com o(s) projeto(s) sendo visto(s) na lista de serviços do <i>Marketplace</i> da PDPJ-Br.</p> <p>A SETIC informou, através da resposta à RDI SAUD nº 11/2022 (documento 32), que há uma integração do PJe instalado na Justiça do Trabalho com a PDPJ-Br. e, através deste, é disponibilizada a funcionalidade de SSO para seus módulos e satélites. Estes não foram disponibilizados na PDPJ-Br., mas fazem uso indireto dos serviços estruturantes via PJe, integrando-se indiretamente à PDPJ-Br.</p> <p>Porém, mediante reunião realizada com o CSJT em 5/9/2022, conforme e-mail recebido pela Secretaria de Auditoria em 1º/9/2022, ficou acordado que todos os órgãos auditados iriam responder negativamente ao item 2.9 do Plano de Trabalho (f. 14) e, naquele momento, houve a orientação para que todos os Regionais provocassem o CSJT, no sentido de haver um alinhamento da política de governança do desenvolvimento do PJe da Justiça Trabalhista com a política do CNJ, quanto à PDPJ-Br.</p> <p>Diante disso, apesar do TRT19ª afirmar que há uma integração do PJe instalado na Justiça do Trabalho com a PDPJ-Br., porém com algumas observações, mantivemos o Achado apontado.</p>		
CRITÉRIO:	- Art. 5º da Resolução CNJ nº 335/2020; e - Portaria CNJ nº 253/2020.	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

EVIDÊNCIA:	Resposta da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações à RDI SAUD nº 11/2022 (documento 32).
CAUSA:	A questão elaborada no Plano de Trabalho da Ação Coordenada do CNJ ficou prejudicada por haver um certo desalinhamento, quanto a política de governança do desenvolvimento do PJe da Justiça Trabalhista, entre o CSJT e o CNJ, no que se refere à PDPJ-Br.
EFEITOS/RISCOS:	Possível comprometimento da gestão quanto a política de governança do desenvolvimento do PJe da Justiça Trabalhista, por não haver alinhamento entre os Conselhos, considerando o requisito de disponibilidade para uso comunitário.
ENCAMINHAMENTO/ RECOMENDAÇÕES:	Recomenda-se que este TRT19ª encaminhe ao CSJT a necessidade de que haja um melhor alinhamento com o Comitê Nacional do PJe-JT, quanto a adequação das diretrizes relacionadas ao requisito de disponibilidade para uso comunitário na PDPJ, ao disposto na Resolução CNJ nº 335/2020 e na Portaria CNJ nº 253/2020.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ACHADO DE AUDITORIA		A.3
DESCRIÇÃO DO ACHADO:	Carência ou falta de comunicação ao CNJ sobre o interesse e/ou o andamento quanto ao desenvolvimento de novos módulos em andamento ou prestes a ser iniciado.	
SITUAÇÃO ENCONTRADA:		
<p>Para avaliar se o interesse/andamento do desenvolvimento de novos módulos, públicos ou privados, está sendo informado ao CNJ, haja vista as orientações do Plano de Trabalho do CNJ, quanto à Ação Coordenada de Auditoria sobre a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br. (item 2.10 – f. 15), a equipe de auditoria orientou que a SETIC acessasse a carteira de projetos do Tribunal e avaliasse quais têm relação com o processo judicial eletrônico. Orientou, ainda, que, caso existisse, verificasse quando foi iniciado, e, caso fosse depois da Resolução CNJ nº 335/2020, verificasse se há expediente encaminhado ao CNJ que comprove a comunicação ao Conselho.</p> <p>Para isso, foi solicitado à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC), como evidências, a requisição de <i>link</i> ou cópia do expediente enviado ao CNJ que comprove a comunicação sobre o andamento ou sobre o interesse no desenvolvimento de novos módulos no Tribunal que tenham relação com o processo judicial eletrônico, conforme demonstrado através da declaração do gestor da área responsável do Tribunal atestando a existência, ou inexistência, de desenvolvimento de módulos ou serviços novos de sistemas legados e sistemas novos de processo judicial eletrônico do órgão, apresentando a respectiva lista, identificando o nome do(s) projeto(s) e discriminando os já concluídos, pelo link https://drive.google.com/file/d/1clJwO02v5KD0Yho2vGT5y0742eCTY9ih/view?usp=sharing).</p> <p>Em resposta à RDI SAUD nº 11/2022 (documento 32), a unidade auditada informou que, uma vez que os projetos de desenvolvimento são coordenados nacionalmente pelo CSJT, caberia a esse Conselho manter o CNJ a par do andamento dos projetos. Porém, este TRT19ª tomou conhecimento de que não foram enviados ofícios ao CNJ informando o interesse ou desenvolvimento de nenhum dos projetos listados, sejam novos ou em andamento.</p> <p>Porém, mediante reunião realizada com o CSJT em 5/9/2022, conforme e-mail recebido pela Secretaria de Auditoria em 1º/9/2022, ficou acordado que todos os órgãos auditados iriam responder negativamente ao item 2.10 do Plano de Trabalho (f. 15) e, naquele momento, houve a orientação para que todos os Regionais provocassem o CSJT, no sentido de haver um alinhamento da política de governança do desenvolvimento do PJe da Justiça Trabalhista com a política do CNJ, quanto à PDPJ-Br.</p> <p>Diante disso, mantivemos o Achado apontado.</p>		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

CRITÉRIO:	- Art. 5º da Resolução CNJ nº 335/2020; e - Portaria CNJ nº 253/2020.
EVIDÊNCIA:	Resposta da Secretaria de Tecnologia da Informação à RDI SAUD nº 11/2022 (documento 32).
CAUSA:	A questão elaborada no Plano de Trabalho da Ação Coordenada do CNJ ficou prejudicada por haver um certo desalinhamento, quanto a política de governança do desenvolvimento do PJe da Justiça Trabalhista, entre o CSJT e o CNJ, no que se refere à PDPJ-Br.
EFEITOS/RISCOS:	Possível comprometimento da gestão, quanto a política de governança do desenvolvimento do PJe da Justiça Trabalhista, devido ao não alinhamento entre os Conselhos, no que diz respeito ao desenvolvimento de novos módulos em andamento ou prestes a ser iniciado.
ENCAMINHAMENTO/ RECOMENDAÇÕES:	Recomenda-se que este TRT19ª encaminhe ao CSJT a necessidade de que haja um melhor alinhamento com o Comitê Nacional do PJe-JT quanto a adequação das diretrizes e dos critérios relacionados ao desenvolvimento dos sistemas e módulos do PJe-JT, em andamento ou prestes a serem iniciados, ao disposto na Resolução CNJ nº 335/2020 e na Portaria CNJ nº 253/2020.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ACHADO DE AUDITORIA		A.4
DESCRIÇÃO DO ACHADO:	Desenvolvimento de novos módulos não observando os critérios estabelecidos na Portaria CNJ nº 253/2020, tais como ter projeto criado no JIRA e no repositório no GIT.	
SITUAÇÃO ENCONTRADA:		
<p>A equipe de auditoria, seguindo as orientações do Plano de Trabalho do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), quanto à Ação Coordenada de Auditoria sobre a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br. (item 2.11 – f. 15), procurou avaliar se os critérios e diretrizes técnicas para o processo de desenvolvimento de módulos e serviços na PDPJ são atendidos, de forma que facilite a integração dos serviços à PDPJ. Para tanto, orientou a SETIC a acessar a carteira de projetos do Tribunal e avaliar quais têm relação com o processo judicial eletrônico e, caso exista, verificar quando foi iniciado. Caso tenha sido iniciado depois da Resolução CNJ nº 335/2020, verificar se há projeto criado no JIRA e no repositório no GIT.</p> <p>Para demonstrar tais evidências, seria necessário serem apresentadas requisições de:</p> <p>a) declaração firmada pelo gestor responsável pela área de carteira de projetos, que identifique o(s) nome(s) do(s) projeto(s) criado(s) e ateste que os novos módulos listados (demonstrados através da declaração do gestor da área responsável do Tribunal atestando a existência, ou inexistência, de desenvolvimento de módulos ou serviços novos de sistemas legados e sistemas novos de processo judicial eletrônico do órgão, apresentando a respectiva lista, identificando o nome do(s) projeto(s) e discriminando os já concluídos, pelo <i>link</i> https://drive.google.com/file/d/1clJwO02v5KD0Yho2vGT5y0742eCTY9ih/view?usp=sharing), estão sendo desenvolvidos conforme as diretrizes previstas na Portaria CNJ nº 253/2020; e</p> <p>b) captura de tela do(s) módulo(s) no JIRA e no GIT.</p> <p>Em resposta à RDI SAUD nº 11/2022, a SETIC esclareceu que todo desenvolvimento segue diretrizes, regras, arquiteturas etc. definidas pelo CSJT. Segundo o próprio Conselho, os módulos e satélites do PJe, instalados na Justiça do Trabalho, baseiam-se nos mesmos princípios e diretrizes adotados e em uso pela PDPJ-Br. definidos na Portaria CNJ nº 253/2020. Neles, são adotadas diretrizes como: uso de microserviços, uso de APIs (são um conjunto de padrões que fazem parte de uma <i>interface</i> e que permitem a criação de plataformas de maneira mais simples e prática para desenvolvedores; a partir de APIs é possível criar <i>softwares</i>, aplicativos, programas e plataformas diversas) e da tecnologia REST ((<i>Representational State Transfer</i>, que significa Transferência Representacional de Estado; é um modelo de arquitetura e não uma linguagem ou tecnologia de programação, que fornece diretrizes para que os sistemas distribuídos se comuniquem diretamente usando os princípios e protocolos existentes da Web sem a necessidade de SOAP ou outro protocolo sofisticado), um padrão de especificações de APIs, uso de CI/CD (<i>continuous integration/continuous delivery</i>,</p>		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

é um método para entregar aplicações com frequência aos clientes) e TDD (significa *Test Driven Development*, ou Desenvolvimento Orientado a Testes, que ajuda a aumentar a produtividade a partir de testes já consolidados) para desenvolvimento das soluções, *login* único para utilização de todos os módulos e satélites, além da decomposição do PJe Legado (monolito) em módulos e satélites especialistas, baseado no domínio de aplicação (diretrizes do DDD). No mundo da programação e desenvolvimento de software, DDD é a sigla para *Domain-Driven Design*, que consiste em um padrão de modelagem para *softwares*, cujo objetivo é facilitar a implementação de regras e processos complexos, além da divisão de responsabilidades por camadas.

Esclareceu, ainda, que, não se pode afirmar que os critérios estejam estabelecidos na Resolução CNJ nº 253 de 18/11/2020, uma vez que nela há definições especificamente relacionadas ao ambiente de desenvolvimento da PDPJ no CNJ.

CRITÉRIO:	- Art. 5º da Resolução CNJ nº 335/2020; e - Portaria CNJ nº 253/2020.
EVIDÊNCIA:	Resposta da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações à RDI SAUD nº 11/2022 (documento 32).
CAUSA:	A questão elaborada no Plano de Trabalho da Ação Coordenada do CNJ ficou prejudicada por haver um certo desalinhamento, quanto a política de governança do desenvolvimento do PJe da Justiça Trabalhista, entre o CSJT e o CNJ, no que se refere à PDPJ-Br.
EFEITOS/RISCOS:	Possível comprometimento da gestão, quanto a política de governança do desenvolvimento do PJe da Justiça Trabalhista, devido ao não alinhamento entre os Conselhos, referindo-se ao desenvolvimento de novos módulos que não estejam observando os critérios estabelecidos na Portaria CNJ nº 253/2020.
ENCAMINHAMENTO/ RECOMENDAÇÕES:	Recomenda-se que este TRT19ª encaminhe ao CSJT a necessidade de que haja um alinhamento com o Comitê Nacional do PJe-JT, quanto a adequação dos critérios relacionados ao desenvolvimento dos módulos do PJe-JT, ao disposto na Portaria CNJ nº 253/2020.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

7. CONSIDERAÇÕES EM FACE DAS RESPOSTAS DAS UNIDADES AUDITADAS:

Inicialmente, esclarece-se que a auditoria desenvolvida por esta Secretaria de Auditoria seguiu o rito processual estabelecido no Anexo Único do Ato GP/TRT19ª nº 62/2021, o qual prevê a etapa de envio do Relatório de Fatos Apurados à unidade auditada para manifestações, esclarecimentos, elucidações de erros, elaboração de um Plano de Ação, dentre outras possibilidades, além da etapa de realização da Reunião Expositiva dos Fatos Apurados com a unidade auditada e a Diretoria Geral deste TRT19ª. Somente após a avaliação das respostas encaminhadas pela(s) unidade(s) auditada(s), é elaborado o Relatório Final de Auditoria e encaminhado à Presidência do Tribunal, para avaliação e determinação do cumprimento das recomendações acatadas.

Nesse contexto, após a SETIC tomar conhecimento dos levantamentos inseridos no Relatório de Fatos Apurados (documento nº 34), no qual constaram 4 (quatro) Achados, foi realizada Reunião Expositiva com os representantes daquela unidade e da Diretoria Geral, registrada em Ata, conforme documento 37. Em seguida, a unidade auditada apresentou seu Plano de Ação (documento 38).

Apesar de não depender da unidade auditada as providências necessárias para solucionar o que fora apontado, todos os Achados foram mantidos, visando o cumprimento das recomendações firmadas, a fim de que se possa provocar um melhor alinhamento entre o CNJ e o CSJT quanto ao desenvolvimento dos sistemas e módulos do PJe-JT. Tais Achados serão objeto de Monitoramento posterior.

8. RECOMENDAÇÕES:

8.1 Recomenda-se que este TRT19ª encaminhe ao CSJT a necessidade de que haja um melhor alinhamento com o Comitê Nacional do PJe-JT, quanto a adequação das diretrizes e dos critérios relacionados ao desenvolvimento dos sistemas e módulos do PJe-JT, ao disposto na Resolução CNJ nº 335/2020 e na Portaria CNJ nº 253/2020;

8.2 Recomenda-se que este TRT19ª encaminhe ao CSJT a necessidade de que haja um melhor alinhamento com o Comitê Nacional do PJe-JT, quanto a adequação das diretrizes relacionadas ao requisito de disponibilidade para uso comunitário na PDJP, ao disposto na Resolução CNJ nº 335/2020 e na Portaria CNJ nº 253/2020.;

8.3 Recomenda-se que este TRT19ª encaminhe ao CSJT a necessidade de que haja um melhor alinhamento com o Comitê Nacional do PJe-JT quanto a adequação das diretrizes e dos critérios relacionados ao desenvolvimento dos sistemas e módulos do PJe-JT, em andamento ou prestes a serem iniciados, ao disposto na Resolução CNJ nº 335/2020 e na Portaria CNJ nº 253/2020;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

8.4 Recomenda-se que este TRT19ª encaminhe ao CSJT a necessidade de que haja um alinhamento com o Comitê Nacional do PJe-JT, quanto a adequação dos critérios relacionados ao desenvolvimento dos módulos do PJe-JT, ao disposto na Portaria CNJ nº 253/2020.

9. CONCLUSÃO:

Os resultados da presente Auditoria demonstram a necessidade de que este Tribunal esteja integrado com todos os outros, de forma que, com a criação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ – Br., fique instituída a política pública para a governança e gestão do processo judicial eletrônico (PJe), mantendo esse sistema como sendo o prioritário do Conselho Nacional de Justiça.

Ressalta-se, portanto, que a PDPJ-Br. tem por objetivo integrar e consolidar todos os sistemas eletrônicos do Judiciário brasileiro em um ambiente unificado; implantar o conceito de desenvolvimento comunitário, no qual todos os Tribunais contribuem com as melhores soluções tecnológicas para aproveitamento comum; estabelecer padrões de desenvolvimento, arquitetura, experiência do usuário (User Experience - UX) e operação de software, obedecendo as melhores práticas de mercado e disciplinado em Portaria da Presidência do CNJ; e instituir plataforma única para publicação e disponibilização de aplicações, microserviços e modelos de inteligência artificial (I.A.), por meio de computação em nuvem.

Para isso, faz-se necessário que seja comunicado ao CSJT as desconformidades apontadas nesta Auditoria, com o objetivo de que aquele Conselho indique quais medidas devem ser adotadas no âmbito da Justiça do Trabalho.

As recomendações expostas têm por objetivo o fortalecimento da gestão administrativa e fazem parte do caráter preventivo da auditoria interna, destinada a contribuir para o cumprimento das determinações legais e regulamentares relativas à matéria, com vistas a obter uma melhoria contínua na sua missão institucional.

Maceió, 5 de outubro de 2022.

Eliana de Carvalho Souza
Líder da Equipe de Auditoria

Bruno José Sarmiento Peixoto
Membro da Equipe de Auditoria

Bráulio Clementino M. M. Soares
Supervisor da Equipe de Auditoria



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

10. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO:

Ante o exposto, considerando o papel da auditoria interna preconizado pelo artigo 74 da Constituição Federal, e com o intuito de auxiliar a Administração no controle, na eficiência e na legalidade dos procedimentos da gestão, submete-se o presente Relatório de Auditoria ao Exmo. Senhor Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, a fim de que possa deliberar acerca dos resultados da ação realizada com o intuito de avaliar a governança e a gestão do processo judicial eletrônico (PJe) com a criação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ Br.) no âmbito nacional.

Ademais, considerando que o Plano de Ação (documento 38) se coaduna com as recomendações do presente Relatório, sugere-se que seja acatado seu cumprimento.

Maceió, 5 de outubro de 2022.

BRÁULIO CLEMENTINO M. M. SOARES
Secretário de Auditoria